



4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais

De 22 a 26 de julho de 2013.

**SAÚDE GLOBAL É UM ASSUNTO DE INTERESSE ENTRE OS GRADUANDOS
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?: A EXPERIÊNCIA DO AMERICAS MODEL
UNITED NATIONS**

Instituições Internacionais

Saúde e Relações Internacionais

Carrillo Roa, Alejandra
Nethis/Fiocruz
Baptista e Silva, Felipe Ricardo
Nethis/Fiocruz

Belo Horizonte
2013



Carrillo Roa, Alejandra
Baptista e Silva, Felipe Ricardo

Saúde global é um assunto de interesse entre os graduandos de relações internacionais?: A experiência do Americas Model United Nations

Trabalho submetido e apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI.

Belo Horizonte
2013



RESUMO

O artigo visa conferir o interesse dos graduandos em relações internacionais pela temática de saúde global, tomando como estudo de caso a experiência da conferência anual do *Americas Model United Nations* (AMUN). Para tanto, inicialmente, é analisada a inserção da agenda de saúde global na disciplina das relações internacionais. Num segundo momento, analisa-se a história sobre os cursos de graduação em relações internacionais e a contextualização do desenvolvimento dessa disciplina no Brasil, visando compreender a composição dos atuais currículos de graduação e verificando nesses a ocorrência da temática da saúde global. Posteriormente, o artigo traz a revisão da literatura produzida para a conferência da AMUN, com a qual se conferiu a adoção de temas que abordaram assuntos da agenda de saúde global nas últimas quatorze edições do evento. Ademais, o artigo apresenta os resultados da consulta de opinião realizada durante o 15º AMUN. Como resultado, verifica-se que apesar da crescente importância da saúde global na última década e do engajamento da diplomacia brasileira nos foros internacionais, essa temática ainda parece ocupar um lugar de pouca relevância nas agendas de discussão entre os graduandos em relações internacionais.

Palavras – Chave

Relações Internacionais – Graduação. Americas Model United Nations (AMUN). Saúde Global.



A Experiência do *Americas Model United Nations* (AMUN)

Anualmente, os estudantes do curso de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) realizam a simulação dos comitês de negociações multilaterais, conhecida como *Americas Model United Nations* (AMUN). O AMUN é uma experiência de cunho educacional em que os estudantes têm a oportunidade de representar, por uma semana, delegações de um grande número de países, simulando discussões – a partir de um tema pré-determinado - da mesma forma em que ocorrem no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em diferentes comitês de funcionamento semelhante aos fóruns dessa.

A UnB iniciou a sua participação em modelos das nações unidas quando foram enviadas delegações de alunos de relações internacionais para a *Harvard National Model UN*, em Boston, e para a *Harvard World MUN* em Budapeste, os dois mais tradicionais modelos da ONU. Em 1998, com o apoio do *Georgia Institute of Technology*, foi realizada a primeira edição do AMUN em Brasília, sendo essa a primeira experiência de simulação do gênero em toda a América Latina. Desde então o evento é realizado anualmente.

A sétima edição do AMUN inovou ao ser a primeira a publicar um livro reunindo os resultados das pesquisas realizadas pelo corpo acadêmico membros do AMUN sobre os temas que seriam abordados naquele ano. O propósito dessa publicação (chamada *Study Guide*) é guiar as discussões nos comitês da simulação, subsidiando a preparação dos delegados participantes, ao mesmo tempo em que propicia aos membros do corpo acadêmico uma oportunidade de publicação. Na maioria das vezes, os artigos científicos do AMUN são as primeiras publicações daqueles estudantes.

O AMUN cresce a cada edição: as edições de número 12 e 13 registraram um total de 136 e 156 inscritos, respectivamente. Já a 14ª edição do evento, realizada em 2011, registrou 214 delegados participantes e 60 membros do secretariado organizador; já em 2012, na 15ª edição, foram registrados 235 delegados e 65 membros. Para 2013, espera-se um total de 300 delegados e 75 membros. O número de estrangeiros que se inscrevem na simulação costuma variar entre 10 a 30 por ano. Enquanto a organização do AMUN é composta apenas por alunos do curso de relações internacionais da UnB, vale ressaltar que os participantes que se inscrevem como delegados não se limitam apenas a alunos desse curso, mesmo que esses sejam maioria de forma constante ao longo das edições.

Ao longo de 15 anos de história, diversos fatores atestam em favor da crescente relevância do *Americas Model United Nations* para a comunidade acadêmica e profissional das relações internacionais. Não há dúvidas que a organização de uma conferência para estudantes é uma oportunidade para a consolidação de uma formação mais completa, que



compreenda a dinâmica dos organismos internacionais, incorporando conhecimento sobre temas diversos da agenda. Especialmente no caso dos integrantes do corpo acadêmico do AMUN, a possibilidade de produzir um artigo científico contando com a orientação e revisão de especialistas da área estimula o interesse pela pesquisa científica, estreitando vínculos entre alunos e pesquisadores no Ensino Superior.

Nesse sentido, o evento ganha caráter institucional por estar fortemente vinculado ao Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília – tradicional centro de pesquisa e ensino da área no Brasil. O IREL tem no AMUN seu principal projeto de extensão porque os professores do instituto são os responsáveis, todos os anos, pela eleição de um novo secretariado que dará continuidade ao AMUN. Além disso, muitos professores também orientam e auxiliam nas pesquisas feitas pelo corpo acadêmico, e na confecção dos *Study Guides*. Esses fatores aliados à reputação do IREL fazem com que a bandeira desse instituto seja um trunfo na execução bem-sucedida do projeto no tocante ao estabelecimento de parcerias entre o AMUN e seus *stakeholders*.

Ademais, o AMUN garante seu engajamento junto à comunidade de relações internacionais ao estabelecer vínculos com outras instituições e profissionais da área – muitos deles “ex-modeleiros” que já participaram da simulação. Por exemplo, a edição de 2009 foi a primeira a ser realizada nas instalações do Instituto Rio Branco, propiciando aos participantes a experiência de simular no ambiente de formação do corpo diplomático brasileiro. Funcionários das Nações Unidas, profissionais de relações internacionais e diplomatas são parceiros de diversas formas no evento. Em algumas oportunidades, esses são convidados a intervir durante as simulações ou a palestrar sobre os temas de discussão, visando o enriquecimento do debate, atribuindo a esse um caráter ainda mais profissional.

O AMUN também contribui para a maior visibilidade do campo das relações internacionais no Brasil ao levar ao conhecimento das universidades do exterior a existência de uma cultura nacional de projetos e pesquisa na área. É nesse âmbito que, em 2012, foi estabelecido a primeira liga intercontinental de modelos das Nações Unidas envolvendo o AMUN pela UnB, o McMUN da McGill University e o OxiMUN da Universidade de Oxford.

Saúde Global como assunto das relações internacionais: Diplomacia em Saúde

O sistema internacional é dinâmico e permanece em constante mutação. Depois da II Guerra Mundial, além dos assuntos econômicos e políticos tradicionalmente relevantes nas relações entre os Estados, outras questões entraram na arena internacional como consequência do desenvolvimento tecnológico e nuclear daquele momento. Também, novos Estados-Nação emergiram e passaram a integrar a comunidade internacional.



Após o fim da Guerra Fria, o contexto político e econômico global também mudou. Por uma parte, como consequência do acelerado processo de globalização: o aumento da interdependência econômica e financeira, a maior interatividade e conectividade por meio dos avanços nos setores de transporte e comunicação, e o crescimento de relações supra territoriais das populações ou '*detritorialization*', afetaram em boa medida o sistema internacional. Por outra parte, a proliferação das organizações internacionais, o envolvimento massivo de diversos atores diferentes do Estado, a tensão entre a unipolaridade e a multipolaridade mundial, e a estrutura multinível e multidimensional da governança global, incorporaram uma nova dimensão à política internacional (ISLAM, 2005, 57; KICKBUSCH, 2012, p.2).

Simultaneamente, os assuntos críticos para as relações internacionais se multiplicaram: meio-ambiente, direitos humanos, energia, terrorismo, entre outros temas, foram incorporados e se tornaram novas agendas das relações internacionais. A saúde global também ganhou espaço nessa agenda expandida do período pós-guerra fria. Contudo, o envolvimento da diplomacia internacional sobre questões de saúde não é um fenômeno de recente data.

A diplomacia da 'saúde internacional' emergiu a meados do século XIX devido às ameaças globais à saúde pública. Em 1851 foi realizada a Primeira Conferência Sanitária Internacional, sediada na Europa, que teve por foco a melhora e harmonização do controle transfronteiriço de doenças transmissíveis. Desde esse período, a cooperação entre os Estados, por meio do direito internacional e das negociações diplomáticas, levou à criação dos regimes internacionais da saúde pública, incluindo: o Regulamento Sanitário Internacional— conjunto de normas jurídicas internacionais sobre controle de doenças infecciosas —e a Organização Mundial da Saúde (1951), instituição que se transformou no ponto focal da atividade diplomática global em saúde (FIDLER, 2001, p.842-843).

A saúde internacional era o termo usado no final do século XIX e no início do século XX, cujo conceito tradicional e predominante refere à saúde como um fenômeno transnacional, mas numa acepção estreita que não faz referência à dimensão das relações interestatais ou de um sistema internacional hierarquizado. As noções de subdesenvolvimento e de ajuda eram fortemente associadas com essa concepção de saúde internacional que, por sua vez, era muito centrada na cooperação técnica em saúde referida aos países em desenvolvimento (GODUE, 1992, p.124).

A expressão 'saúde global', por sua vez, "emergiu como parte de um processo histórico e político mais amplo" (BROWN et al., 2006, p.641). Nesse sentido, esse novo conceito tenta



superar, em parte, os usos ideológicos anteriores da saúde internacional, ao incorporar suscetibilidades, experiências e responsabilidades globais pela saúde (BIRN, 2009, p.63; *apud* KICKBUSCH, 2010, p.19).

Além disso, a saúde global conglobera um leque maior de problemáticas e, diferentemente da saúde internacional, não se limita à transnacionalização dos riscos, pois incorpora a relação mais ampla entre desenvolvimento econômico e saúde, prestando atenção para o processo de globalização e seu impacto na população, sobretudo em termos de desigualdades. Além das condições de vida e saúde das populações, a saúde global se preocupa tanto com os acordos multilaterais e os fluxos globais financeiros e comerciais vinculados com a área da saúde, quanto com o papel dos organismos internacionais na dinâmica que envolve a saúde global, incluindo a discussão sobre 'bens públicos globais' e 'governança global'. Assim, a saúde global implica uma abordagem transdisciplinar e inter-setorial e, ao mesmo tempo, demanda a articulação com outras áreas de políticas, como as de comércio, propriedade intelectual, segurança alimentar e direitos humanos (ALMEIDA, 2010, p.150).

A saúde global adquire uma maior relevância na política exterior, na medida em que os regimes tradicionais das relações internacionais (segurança, comércio, desenvolvimento econômico) são complementados com acordos nas áreas sociais que atendem assuntos transfronteiriços e globais tais como: epidemias, aquecimento global, entre outros. Durante o século XXI, a saúde ganhou espaço na política externa dos Estados e na esfera da diplomacia.

Baseados na iniciativa sobre Saúde Global e Política Externa, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal, África do Sul e Tailândia emitiram, em 2007, a Declaração Ministerial de Oslo que articula uma agenda para aumentar a prioridade dos assuntos de saúde global nas arenas de discussão e decisão de política externa (AMORIM, et al., 2007). Igualmente, desde 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou cinco resoluções intituladas "*Global Health and Foreign Policy*"¹, chamando a atenção dos Estados-Membros sobre a saúde como uma questão política transversal importante na agenda internacional, e sobre a estreita relação entre a saúde global e a política externa, reconhecendo que os desafios globais de saúde demandam um esforço concertado e sustentado entre os Estados.

¹ As cinco resoluções adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas são: 1) A/Res/63/33 de 2008, 2) A/Res/64/108 de 2009, 3) A/Res/65/95 de 2010, 4) A/Res/66/115 de 2011 y 5) A/Res/67/81 de 2012.



A relação entre saúde global e política externa é comumente demarcada por uma tensão dicotômica: por um lado, o uso da política externa para alcançar melhores resultados de saúde global; por outro lado, o uso da saúde global como uma ferramenta da política externa para a obtenção dos interesses nacionais (FIDLER, 2005; KICKBUSCH, 2012; LABONTE e GAGNON, 2010). Em consequência disso, vários autores catalogam as iniciativas de saúde global como estratégias de política externa que projetam o ‘*smart power*’² ou ‘*soft power*’³ dos Estados que a implementam (BUSS, et al. 2011, p.218; KATZ, 2011, p.517; KICKBUSCH, 2010, p. 20; LEE e GÓMEZ, s.d.).

Nesse contexto, a diplomacia em saúde brasileira tem sido entendida como parte da estratégia de política externa do país, orientada a ampliação da influência do Brasil e a garantia dos seus interesses materiais no cenário internacional. Entre os exemplos de diplomacia em saúde praticada pelo Brasil citada na literatura destacam-se: advocacia do Brasil na prevenção e tratamento da AIDS, em especial por meio de sua participação nas negociações sobre acesso a medicamentos; a liderança brasileira nas negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; a cooperação Sul-Sul em saúde desenvolvida pelo Brasil com os países da África e da América Latina, especialmente nos marcos de blocos regionais de países tais como a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e a Comunidade de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (CPLP); entre outros (BUSS, et al. 2011; DAUVERG e FARIAS, 2012; LEE e GÓMEZ, s.d.).

É evidente que o escopo da diplomacia assumiu dimensões extraordinárias, abrangendo uma crescente diversidade de temas entre os quais a saúde global tomou parte. Os novos assuntos e problemas que a saúde global traz para agenda internacional são altamente especializados e implicam estilos diferentes de negociação, dado o maior número e tipo de atores envolvidos e a multiplicidade de fóruns nos quais as negociações tomam lugar.

Como afirma Islam (2005, p.58), na medida em que as relações internacionais mudam, a agenda e as técnicas da diplomacia que viabilizam o funcionamento da sociedade internacional devem mudar. Nesse sentido, surge a necessidade da adequação da formação dada aos estudiosos das relações internacionais, alguns dos quais se tornarão diplomatas no futuro.

Cabe assinalar o exemplo dos cursos de medicina. Na última década, o ensino da saúde global nos cursos de graduação de medicina a nível mundial tem registrado um crescimento

² O ‘*smart power*’ refere a combinação do poder ‘duro’ e ‘brando’ (*hard e soft power*) de forma que se estes se reforçam mutuamente (LEE e GÓMEZ, s.d., p.1).

³ O ‘*soft power*’, termo cunhado por Joseph Nye, refere “a capacidade de persuadir ou atrair os outros a fazer o que se quer através da força de ideias, conhecimentos e valores.” (LEE e GÓMEZ, s.d., p.1)



acentuado. Essa tendência deriva em parte como uma resposta à crescente demanda dos estudantes e, em parte, como consequência da intensificação do processo de globalização e suas consequências em termos da migração internacional dos profissionais de saúde e do fluxo transfronteiriço crescente de organismos patogênicos (Rowson, et al., 2012, p.2).

A próxima seção analisará a história sobre os cursos de graduação em relações internacionais e a contextualização do desenvolvimento institucional dessa disciplina no Brasil.

Graduação em Relações Internacionais no Brasil: História e Contexto

Para compreender a presença de novos temas como saúde global e a diplomacia em saúde no campo de estudos e na formação profissional em relações internacionais são fundamentais levantar os contextos que ocasionaram o nascimento dessa cadeira universitária no Brasil.

O crescimento do interesse pelo campo das relações internacionais tanto no âmbito acadêmico como nos círculos profissionais ocorre num contexto de transformação da conjuntura internacional na década de 70. A desaceleração do crescimento econômico, trazida pelo choque do petróleo em 1973, forçou o Brasil rever suas metas de crescimento. As respostas encontradas envolveram a elaboração de uma “política externa criativa” (Lessa, 2005, p.7) que favorecesse a expansão internacional da economia do país de maneira pragmática. Esse projeto foi implementado de maneira incisiva durante o governo Geisel em que a diversificação das parcerias internacionais brasileira foi a principal estratégia de inserção internacional do país. No nível doméstico, as mudanças político-institucionais em curso se caracterizavam pelo fim da censura e o início da abertura “lenta e gradual” (Miyamoto, 1999, p.88).

Todos esses fatores, articulados de maneira a compor a conjuntura do período, podem ser sintetizados na ideia da intensificação da inserção internacional do Brasil. Isso fez com que as relações internacionais, enquanto campo de estudo, ganhasse maior espaço, atraindo o interesse de maior número de pesquisadores (Breda; Fonseca, 2009, p.362; Miyamoto, 1999, p.91). É nesse contexto em que é instituído o primeiro curso de graduação em relações internacionais na Universidade de Brasília em 1974. O objetivo da nova cadeira, num primeiro momento, era de formar profissionais habilitados a atuar junto ao Estado no projeto de internacionalização do país em curso no período. Essa proposta se alinhava com o ideário desenvolvimentista difundido à época que atribuía às universidades o papel estratégico de formar profissionais que contribuiriam para o desenvolvimento da nação e para o seu crescimento econômico (Julião, 2012, p.17).



A instituição da graduação em relações internacionais na UnB foi responsável por reunir os pesquisadores interessados na matéria que antes estavam dispersos em diferentes universidades e centros de pesquisas do país (Lessa, 2005, p.170; Julião, 2009, p.104). Além disso, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, onde o estudo das relações internacionais nasceu quase que exclusivamente da ciência política (Herz, 2002), no Brasil isso se deu de fato de maneira interdisciplinar e interinstitucional ao se agregar contribuições de acadêmicos de diferentes áreas.

A relação entre a UnB e o Itamaraty no tocante à criação da graduação em relações internacionais era de benefício recíproco: por um lado, a UnB ganhava do seu *locus* privilegiado, em termos de proximidade com diplomatas e embaixadas, por outro, o Ministério se interessava no intercâmbio de professores como forma de aperfeiçoar seus quadros (Julião, 2009, p.101) e também quanto à formação de futuros candidatos ao seu concurso mais familiarizados com as agendas de estudo dos cursos do Instituto Rio Branco. Todavia, a ideia de abrigar na universidade os cursos de formação da carreira diplomática não encontrou acolhida no Ministério. Nesse sentido, a criação da graduação em relações internacionais na UnB não pode ser explicada apenas pela necessidade de formação de futuros candidatos à carreira diplomática, mas sim pela carência de profissionais, por parte dos organismos estatais, preparados para lidar com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas vinculadas à política externa, oportunidade essa trazida pelas mudanças em curso na década de 70 (Lessa, 2005, p.7).

A UnB adotou um currículo para seu curso de graduação que viria a se tornar referência no ensino da disciplina e influenciaria a agenda de novos cursos no futuro. Esse currículo envolve o ensino dos temas constitutivos da área: teoria das relações internacionais, teoria política, direito internacional e comparado, economia política internacional e história e análise das relações internacionais. A ênfase dada no currículo para as disciplinas canônicas do campo, a saber, política, economia, história e direito, conferiu na estrutura curricular maior peso de temáticas tradicionais da agenda de relações internacionais: segurança, economia e diplomacia. Temas emergentes como direitos humanos, meio-ambiente e saúde tiveram um espaço reduzido nos estudos na graduação.

A popularização dos cursos de graduação em Relações Internacionais irá ocorrer somente a partir da segunda metade da década de 90, período em que se dará um grande salto na oferta de formação superior na área (Lessa, 2005, p.12). Julião (2009) destaca dois momentos distintos no processo de proliferação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil: o primeiro, de 1974 a 1995, com a criação apenas em 1985 dos



cursos na Universidade Estácio de Sá, e posteriormente, no Centro Universitário Lusíada, em Santos/SP e na Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, ambos em 1995, contabilizando um intervalo de 10 anos entre cada criação dos cursos. O segundo momento estende-se desde 1996 até 2008, período a partir do qual a criação de novas cadeiras passa a ser anual. Nesse período, foram criados 91 novos cursos, obedecendo apenas à taxa de aumento de 6,64% ao ano (Julião, 2009, p.121). A maioria desses novos cursos teve seus currículos inspirados à luz da estrutura curricular tradicional instituída pela UnB em 1974.

Shiguenoli Miyamoto (1999, p.90) elenca fatores conjunturais do período que ajudam a explicar esse fenômeno: o estreitamento das relações Brasil-Argentina e o processo de integração no âmbito do Mercosul; a estabilidade econômica, passada a crise dos anos 80, que possibilitava a elaboração e execução de políticas externas de maneira efetiva; e, o aprofundamento do processo de globalização e regionalização. A esse quadro de expansão da necessidade de profissionais de relações internacionais Lessa (2005, p.12) ainda acrescenta outro fator: a desregulamentação do ensino superior no Brasil na época, abrindo a possibilidade para a expansão da oferta de cursos de relações internacionais especialmente nas instituições privadas. Além disso, a ausência de uma regulamentação por parte do Ministério da Educação específica para novos cursos de relações internacionais – visando o estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade – fez com que a área crescesse como “terra sem lei” (Lessa, 2005, p.13). É por isso que, conforme defende Herz (2003, p.19), a proliferação dos cursos de graduação em relações internacionais ao fim dos anos 90 é um reflexo das oportunidades criadas pelo mercado de educação do ensino superior no contexto da globalização e não de um significativo acúmulo de capital intelectual no país.

De qualquer forma, já nos anos 2000, o aumento do número de vagas no concurso de admissão à carreira diplomática, as políticas de abertura de novas embaixadas e do relativo aumento do prestígio internacional do Brasil durante o governo Lula, fizeram com que a tendência de aumento do interesse nos cursos de relações internacionais dos anos 90 se perpetuasse (Julião, 2009, p.121). Segundo o Cadastro da Educação Superior⁴ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁵, no Brasil existem em atividade 129 cursos de relações internacionais. Desses, somente quatro programas obtiveram nota máxima no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE) em 2009: Universidade de Brasília, Faculdade América Latina e as Pontifícias Universidades Católicas de Minas Gerais (PUC-Minas) e do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

⁴ Dados disponíveis em: <http://emec.mec.gov.br/>

⁵ Para maiores informações, acessar: <http://portal.inep.gov.br/>



Em nenhum dos currículos dos quatro cursos de relações internacionais com maior avaliação no ENADE há disciplinas obrigatórias cujas ementas contemplem temas diretamente relacionados à saúde global. Em todos esses cursos, ainda dominam as disciplinas canônicas das relações internacionais: política, história, direito e economia, em maior ou menor grau de equilíbrio.

Em relação às disciplinas eletivas, chama à atenção a quantidade de opções oferecidas no currículo da PUC-Rio. O agrupamento de optativas na chamada “Optativas de Temas em Relações Internacionais” traz várias opções de disciplinas temáticas que contemplam inclusive novos temas da agenda internacional, como, por exemplo, gênero, meio-ambiente, identidade e cultura, comunicação e mídia e direitos humanos – mas, ainda assim, não há nada diretamente relacionado à saúde global. No caso da UnB, dentre as dezenas de optativas disponíveis no currículo da graduação, também não se encontra essa opção.

Reconhece-se que a temática “saúde global”, mesmo não constando nas ementas, poderia ser abordada em algum momento em diversas das disciplinas obrigatórias – como “Globalização e Governança” ou “Organizações Internacionais” -, seja na oportunidade de exemplificação ou da realização de algum estudo de área específica – o que não seria uma abordagem suficiente vista a abrangência dos conceitos, paradigmas e discussões próprias do campo da saúde global. De qualquer forma, esse não parece ser o caso. O que se percebe é um esforço de atualização curricular nesses cursos no sentido de incluir agendas emergentes das relações internacionais. Essas novas temáticas, como meio-ambiente, gênero e direitos humanos, vêm disputando o espaço tradicionalmente ocupado pelas disciplinas de segurança, economia e comércio internacional desde o fim da Guerra Fria. Contudo, ainda assim, a agenda da saúde global parece ficar de fora desse alargamento do campo de interesse dos cursos de graduação de relações internacionais no Brasil, pois não há referências diretas nos currículos ou nas ementas a essas temáticas.

Metodologia

Com o objetivo de conferir o interesse dos graduandos em Relações Internacionais pela temática de saúde global foi usada a metodologia de estudo de caso, analisando a experiência da conferência anual do *Americas Model United Nations* (AMUN). Para tal fim, foram utilizadas duas técnicas complementárias: uma revisão de literatura e uma pesquisa de opinião.

Em primeiro lugar, foi realizada a revisão da literatura produzida para a conferência anual do AMUN (*Study Guides*), com a qual se procurou conferir tanto a instauração de comitês quanto a adoção de temas que abordaram assuntos da agenda de saúde global nas últimas



quatorze edições do evento. O *Study Guide* é uma publicação temática anual que compila os artigos acadêmicos produzidos pelos participantes do *Americas Model United Nations* para orientar a simulação nos diversos comitês do evento.

A revisão compreendeu o período de 1999 a 2012 e o método usado para a revisão dos *Study Guides* partiu de uma busca sistemática nos títulos dos Comitês e dos temas abordados em cada um deles, usando termos que referem aos assuntos de saúde global, entre eles: 'bioterrorismo', 'ciência e tecnologia em saúde', 'cooperação em saúde', 'direitos humanos e saúde', 'doenças infectocontagiosas', 'doenças não transmissíveis', 'epidemias', 'globalização e saúde', 'migração e recursos humanos em saúde', 'Objetivos do Desenvolvimento do Milênio', 'Organização Mundial da Saúde', 'Organização Pan-americana da Saúde', 'patentes de medicamentos', 'transnacionalização dos riscos em saúde' e outros. Posteriormente, foi realizada uma leitura aprofundada dos textos dos temas pré-selecionados para constatar sua correspondência com a área, descartando aqueles cujos conteúdos não abordassem tópicos de saúde global.

Em segundo lugar, foi realizada uma pesquisa de opinião entre os participantes da 15ª Conferência da AMUN, em julho de 2012. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário objetivo composto por um total de onze perguntas (duas subjetivas e sete objetivas), que indagavam sobre a presença de temas relacionados à saúde global na vida acadêmica dos estudantes, e sobre o interesse deles por esse assunto⁶. Os dados coletados foram processados e sistematizados, por meio de tabelas e gráficos que sintetizam os resultados mais relevantes da pesquisa. Os resultados obtidos da revisão de literatura e da pesquisa de opinião são analisados na próxima seção.

Análise dos Resultados

Revisão da literatura produzida pelo AMUN

Entre 1999 e 2012, o AMUN simulou 99 comitês, compreendendo um total de 171 temas. Apenas em três ocasiões houve o estabelecimento de um comitê específico para saúde: em 2005 com a Organização Pan-Americana da Saúde; em 2006 com a Assembleia Mundial da Saúde; e em 2009 com a Organização Mundial da Saúde.

Dos 171 temas abordados, somente sete correspondiam à agenda da saúde global: 1) "A epidemia de HIV/AIDS" (2000), 2) "Reforço dos sistemas de saúde para combater o HIV/AIDS, o paludismo e outras doenças" (2005), 3) "Promovendo a aplicação da ciência e

⁶ Em maio de 2012, antes da aplicação definitiva do questionário, o instrumento foi aprimorado por meio da aplicação de uma prova piloto, realizada com os estudantes do curso de Mestrado Profissional em Saúde Global e Diplomacia em Saúde da ENSP/Fiocruz, em Brasília.



tecnologia para atender os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (2005), 4) “Ecosistemas e bem-estar humano”, 5) “Recursos humanos para saúde” (2006), 6) “Drogas: a fronteira entre o lícito e o ilícito” (2006), e 7) “Os dilemas culturais atrás das drogas ilícitas” (2009). Cabe assinalar que dois desses temas foram objeto de discussão no Comitê de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, o que em parte mostra a transversalidade das temáticas de saúde global que podem tomar lugar em foruns diversos, diferentes aos da saúde.

Ao comparar a frequência das temáticas vinculadas à agenda de saúde global (7) com as de assuntos mais tradicionais para as relações internacionais, segurança (54) e economia/comércio (33), observa-se um contraste significativo. Inclusive, a frequência de temas menos tradicionais como direitos humanos (34), meio ambiente (16) e tecnologia (11) é maior que a correspondente à saúde global. Portanto, observa-se que, embora as conferências anuais do *Americas Model United Nations* ainda estejam dominadas pelas temáticas tradicionais das relações internacionais, as novas agendas vêm ganhando espaço nas discussões dos estudantes de graduação. Contudo, entre os temas emergentes a saúde global permanece como um dos assuntos menos abordados no AMUN.

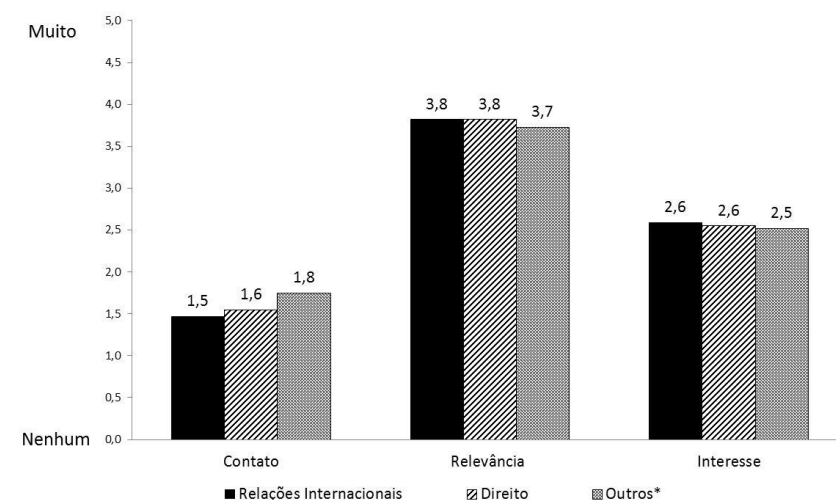
Consulta de opinião dos participantes do AMUN

A pesquisa de opinião contou com a participação de 142 estudantes de graduação, dos quais: 89 (62,6%) eram de relações internacionais, 37 (26,0%) de direito e 16 (9,1%) de outras profissões (economia, administração, ciência política, ciências sociais, engenharia e odontologia). Em termos gerais, a maior parte dos pesquisados (87,4%) não cursou disciplinas regulares que abordassem assuntos vinculados com saúde global. Contudo, uma porcentagem significativa dos estudantes afirmou ter acessado informações sobre essa temática, por meio de periódicos, jornais, vídeos ou outras fontes (81,9%). Além disso, mais de um terço dos pesquisados participou de debates, congressos ou seminários que analisaram tópicos relativos à saúde global.

Em particular, cabe destacar que 14,6% dos estudantes de relações internacionais afirmou ter cursado alguma disciplina relacionada com essa temática durante a graduação, contrastando com os estudantes de direito (5,4%) e outras profissões (0,0%), que não parecem ter tido esse tipo de contato acadêmico com a saúde global. Não obstante, são os estudantes de direito (59,5%) e outras profissões (93,8%) os que reportaram as maiores porcentagens de participação em eventos e acesso a informação sobre saúde global, respectivamente.

Quando se perguntou a respeito da intensidade do contato que os pesquisados têm em seus cursos de graduação, a relevância que conferem à temática de saúde global e o seu interesse pessoal por esse assunto, os estudantes de relações internacionais confirmaram ter um contato pouco intenso com esse tema na sua vida acadêmica. No entanto, eles reconheceram a relevância da saúde global nas relações internacionais e atribuíram um interesse mediano por essa agenda. Além disso, ao comparar com os estudantes de outras profissões, os resultados não diferem em forma significativa, conforme os resultados mostrados na Figura 1.

Figura 1. Intensidade de contato, relevância e interesse dos estudantes de graduação por assuntos de saúde global



Fonte: Consulta de opinião elaborada pelos autores. Cálculos próprios.
*Economia, Administração, Ciência Política, Ciências Sociais, Engenharia, Odontologia, etc, correspondentes a 11,2%

Vale ainda ressaltar que, quando confrontados com a escolha de posições de trabalho idênticas em termos de salários e status profissional (cargo, responsabilidades), mas distintas em quanto o local de trabalho (Opção A: Ministério da Saúde Vs. Opção B: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), 66,3% dos estudantes de relações internacionais optaram pela opção B em detrimento da oportunidade de trabalho em assessoria internacional em saúde, que foi a opção de 19,1% dos pesquisados. Esses resultados confirmam o interesse parcial desses estudantes pela área de saúde global como um campo de desenvolvimento profissional.

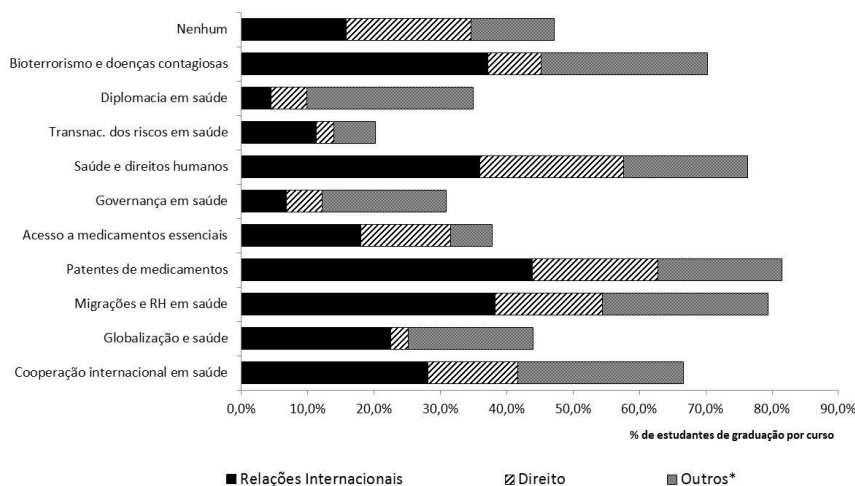
A pesquisa de opinião mostra que os cinco tópicos de saúde global mais abordados durante os cursos de graduação de relações internacionais são: patentes de medicamentos; bioterrorismo e doenças contagiosas; migrações e recursos humanos em saúde; saúde e direitos humanos e cooperação internacional em saúde (Figura 2). Esses resultados sugerem que, ainda no ensino de assuntos sobre a nova agenda internacional, as dimensões tradicionais de segurança (bioterrorismo) e comércio (patentes) prevalecem



sobre as dimensões emergentes (migrações, direitos humanos). Além disso, vale assinalar que, apesar da prioridade concedida à saúde na política externa do Brasil e a proeminência da diplomacia em saúde brasileira durante a década mais recente, poucos estudantes de relações internacionais afirmaram ter cursado disciplinas que tratassem sobre diplomacia em saúde (4,5%) ou governança em saúde (6,7%). Em contraste, os estudantes de outras profissões apresentam um contato maior em seus cursos de graduação com essas temáticas: diplomacia em saúde (25,0%) ou governança em saúde (18,8%).

A ausência desses tópicos nos cursos de graduação de relações internacionais sugere, em parte, o desconhecimento de habilidades específicas e necessárias por parte dos graduandos para negociar regimes globais, tratados e acordos internacionais, bem como para manter relações com uma ampla e diversificada gama de atores própria da diplomacia em saúde. Considerando as demandas concretas advindas da política externa brasileira na área da saúde global, os profissionais de relações internacionais envolvidos nessa dinâmica apresentam necessidades de formação e capacitação para um adequado desempenho profissional⁷.

Figura 2. Contato dos estudantes de graduação com temas de saúde global



Fonte: Consulta de opinião elaborada pelos autores. Cálculos próprios.

*Economia, Administração, Ciência Política, Ciências Sociais, Engenharia, Odontologia, etc, correspondentes a 11,2% dos participantes.

Conclusão

Nas últimas duas décadas, as relações internacionais têm mudado significativamente e o escopo da diplomacia assumiu dimensões extraordinárias, abrangendo uma crescente diversidade de temas entre os quais a saúde global tomou parte. No mesmo período, a

⁷ Algumas iniciativas de cursos de pós-graduação com esse foco estão sendo desenvolvidas no Brasil, destaca o Mestrado Profissional em Saúde Global e Diplomacia em Saúde (2012-2014) e a Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (2008-2009), ambos da Fundação Oswaldo Cruz (Almeida, 2010).



quantidade de cursos de graduação de relações internacionais no Brasil aumentou em forma expressiva. Contudo, os currículos das principais faculdades não parecem ter acompanhado as mudanças na agenda internacional, mostrando predomínio de disciplinas canônicas das relações internacionais e pouco ou nenhum espaço para os temas emergentes.

Apesar da crescente importância da saúde global na última década e do engajamento da diplomacia brasileira nos foros internacionais, essa temática ainda parece ocupar um lugar de pouca relevância nas agendas de discussão entre os graduandos de relações internacionais. O envolvimento dessa parcela da comunidade acadêmica com temas de saúde global é de grande importância para estreitar o diálogo entre as áreas de saúde e relações internacionais, garantindo uma atuação profissional capacitada e incentivando a produção de conhecimento nesse âmbito.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, C. A experiência da Fiocruz na formação de profissionais em saúde global e diplomacia da saúde: base conceitual, estrutura curricular e primeiros resultados. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, v.4, n.1, p.148-164, mar 2010.

AMORIM, C.; DOUSTE-BLAZY, P.; WIRAYUDA, H.; STØRE, J.; GADIO, C.; DLAMINI-ZUMA, N.; PIBULSONGGRAM, N. 2007. Oslo Ministerial Declaration—Global Health: A Pressing Foreign Policy Issue of Our Time. The Lancet v.369, n.9570, p.1373–78.

BREDA DOS SANTOS, N.; FONSECA, F. E. A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil. Contexto Internacional, v.31, nº2, p.353-380, maio/agosto, 2009.

BUSS, P; FERREIRA, J; HOIRISCH, C. A saúde pública no Brasil e a cooperação internacional. Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade, v.2, n.2, p.213-229. jul-dez, 2011.

BROWN, T. M; CUETO, M; FEE, E. A transição de saúde pública ‘internacional’ para ‘global’ e a Organização Mundial da Saúde. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.623-647, 2006.

DAUVERG, P. e FARIAS, D. The Rise of Brazil as a Global Development Power. Third World Quarterly, v.33, n.5, p.903–917, 2012.

FIDLER, D. P. Health as foreign policy: between principle and power. Whitehead J. Dipl. & Int'l Rel. Summer/Fall 2005.



FIDLER, D. P. The globalization of public health: the first 100 years of international health diplomacy. Bull WHO, v.79, n.9, p. 842-849, 2001.

GODUE, CH. La salud internacional en las escuelas de salud pública de los Estados Unidos. In: OPAS, Salud Internacional: un Debate Norte-Sur, Serie de Desarrollo de Recursos Humanos, n. 95, p.117-131, 1992.

HERZ, Monica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. Contexto Internacional, v.24, n.1, p.7-40, jan/jun, 2002.

ISLAM, T. Changing nature and agenda of diplomacy: a critical analysis. Assian Affairs, v.27, n.1, p.56-71, jan-mar 2005.

JULIÃO, T. S. O Brasil no Mundo e o Mundo no Brasil: A formação de quadros, a produção de conhecimento e a construção da área de relações internacionais. 2009. 165 f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2009.

JULIÃO, T.S. A Graduação em Relações Internacionais no Brasil. Revista Monções, v.1, nº1, p.13-48, jul-dez, 2012.

KATZ, R. et al. Defining health diplomacy: changing demands in the era of globalization. The Milk Bank Quarterly, v.89, n.3, p.503-523, 2011.

KICKBUSCH, I. Diplomacia da saúde global. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.19-24, mar., 2010.

KICKBUSCH, I.; ROSSKAM, E. Introduction: the art and practice of conducting global health negotiations in the 21st century. Global Health Diplomacy, v.2, p.1-8, 2012.

LABONTÉ, R.; GAGNON, M. (2010). Framing health and foreign policy: lessons for global health diplomacy. Globalization and Health, v.6, n.14, p.1-22, 2010.

LEE, K.; GÓMEZ, E. Brazil's ascendance: the soft power role of global health diplomacy. The European Business Review. s.d.

LESSA, A.C. Instituições, atores, dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). Revista Brasileira de Política Internacional, v.48, nº2, p.169-184, 2005.

LESSA, A. C. Trinta anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Brasília, nº54, Janeiro, p.7-9, 2005.



LESSA, Antônio Carlos. Porque cresce a demanda e a oferta de formação especializada em nível de graduação na área de Relações Internacionais. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n. 57, p. 12-15, 2005.

LESSA, Antônio Carlos. O crescimento dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, v. 6, n. 56, p. 15-16, 2005.

MIYAMOTO, S. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte. Revista de Sociologia e Política, nº12, p.83-98, junho, 1999.

MIYAMOTO, S. O Ensino das Relações Internacionais no Brasil: Problemas e Perspectivas. Revista de Sociologia e Política, n.20, p.103-114, junho, 2003.

ROWSON, M. et al. The evolution of global health teaching in undergraduate medical curricula. Globalization and Health, v.8, n.35, p.1-8, 2012.